DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487

A REAÇÃO PATRIARCAL: CONSTRUÇÕES MASCULINAS E O REARMAMENTO DA DIREITA RADICAL

Carla Cristina Garcia¹

Hailer Sanchez Hailer Sanchez²

Fabio Fabio³

Aline Mandelli4

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar as tensões decorrentes dos atuais embates ocasionados pelo avanço de movimentos de ultradireita na América Latina e na Europa, no que diz que diz respeito a agenda de direitos dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Movimentos conservadores têm se caracterizado por uma teia orgânica de discursos e ações produzidos por sistemas de opressão operados pelo patriarcado, pelo racismo, pelo capitalismo, formando aquilo que os autores denominam como um ecossistema reacionário, amplificando vozes reacionárias e contrárias a cidadania de sujeitos e sujeitas historicamente invisibilizados na agenda liberal do Estado.

Palavras-chave: Ultradireita; Direitos; Movimentos; Discurso; Conservadorismo.

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V.1 n35e66487

e-ISSN:1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC-SP

https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Fez Pós-doutorado junto ao Instituto Jose Maria Mora-Mexico-DF (2004) como bolsista da FAPESP. Atualmente é professor assistente doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor titular da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Tem experiência na área de Sociologia de Gênero, Estudos Feministas e Lazer Urbano., atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, mulheres, condição social, relações sociais e políticas sociais.

³ Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018). Atualmente é secretário geral da reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Estado, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, masculinidades e feminismo.

⁴ Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2020), mestranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2023). Pesquisadora do Núcleo Inanna - Núcleo de Pesquisa sobre Sexualidades, Gênero e Diferenças da Pontíficia Universidade Católica de São Paulo. Tem ênfase de experiência e atuação nas temáticas de gênero, feminismos, antropologia social.

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487 ABSTRACT

This paper aims to present the tensions arising from the current clashes caused by the advance of far-right movements in Latin America and Europe, regarding the rights agenda of feminist and LGBTQIA+ movements. Conservative movements have been characterized by an organic web of discourses and actions produced by systems of oppression operated by patriarchy, racism and capitalism, forming what the authors term as a reactionary ecosystem, amplifying reactionary voices opposed to the citizenship of historically invisibilized individuals in the liberal agenda of the State.

Keywords: Far-right; Rights; Movements; Discourse; Conservatism.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar las tensiones derivadas de los actuales enfrentamientos provocados por el avance de los movimientos de ultraderecha en América Latina y Europa, respecto de la agenda de derechos de los movimientos feministas y LGBTQIA+. Los movimientos conservadores se han caracterizado por una red orgánica de discursos y acciones producidas por sistemas de opresión operados por el patriarcado, el racismo y el capitalismo, formando lo que los autores llaman un ecosistema reaccionario, amplificando las voces reaccionarias y contrarias a la ciudadanía de sujetos históricamente invisibles en la agenda liberal del Estado.

Palabras clave: Ultraderecha; Derechos; Movimientos; Discurso; Conservatismo.

INTRODUÇÃO

A ascensão e disseminação dos movimentos e partidos de ultradireita têm produzido numerosas pesquisas. No contexto político global contemporâneo, observa-se uma ascensão significativa desses movimentos liderados por figuras como Viktor Orban na Hungria, Donald Trump nos Estados Unidos, Giogia Meloni na Itália, Marine Le Pen na França, Jair Bolsonaro no Brasil e Santiago Abascal na Espanha. Uma parte substancial de sua agenda política se volta contra os movimentos feministas e LGBTQIA, sob a bandeira da oposição à chamada ideologia de gênero.

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487

A complexidade desse fenômeno requer estudos que abordem tanto suas implicações terminológicas (ACHA, 2021; RYDGREN, 2017), suas matrizes ideológicas dessas formações (MUDDE, 2007), quanto o papel da mídia e de outros agentes. Pesquisadores como Mudde (2007) consideram que o termo ultradireita engloba dois tipos de formações: os movimentos políticos e sociais que não aceitam o sistema democrático e geralmente advogam pelo uso explícito da violência - extrema direita - e os partidos políticos que aceitam a democracia, mas desafiam as instituições e os valores fundamentais da democracia liberal - partidos de direita radical.

No entanto, autores como Traverso (2016) sugerem que o neoliberalismo está adotando formas pós-fascistas. Por sua vez, Dardot e Laval (2018) consideram que estamos diante de uma exacerbação da tendência autoritária do neoliberalismo. Outra nomenclatura usada na pesquisa científica é o conceito de populismo de extrema direita (WODAK, 2021) que tem sido entendido como uma ideologia leve que se soma a outras ideologias (MUDDE, 2007), como um estilo discursivo, uma linguagem (LACLAU, 2005, CHARAUDEAU, 2011) e como um adjetivo (TRAVERSO, 2016).

Essas pesquisas evidenciam o papel do discurso na legitimação das formações políticas e no maior apoio social que estão adquirindo, pois, a linguagem pode ser usada como ferramenta que modula as transformações sociopolíticas, e neste sentido é necessário investigar suas estratégias discursivas, compreendendo o discurso em seu sentido semiótico e como prática social.

Mas é preciso considerar que se os partidos de direita radical se baseiam no nacionalismo e no autoritarismo, o nacionalismo também está presente em formações políticas de direita acrescidos da xenofobia e do antifeminismo.

De fato, o antifeminismo e as políticas LGBTfóbicas estão se constituindo como um inimigo tanto interno quanto externo e estão sendo um aglutinador da ultradireita (KUHAR E PATERNOTTE, 2017). No entanto, observa-se a falta de estudos interdisciplinares que apliquem uma metodologia interseccional que leve em conta o papel discursivo da raça e do gênero, considerando também as sexualidades e a reprodução, matrizes relevantes, pois, como afirmam diversas pesquisas, "o gênero

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487 sempre esteve racializado e a raça sempre esteve marcada pelo gênero, e ambas sempre estiveram sexualizadas" (DIETZE, 2020, 34).

Em geral, a ultradireita tem sido estudada em termos de ideologia, no entanto, seguindo a tese de Van Dijk, não existe uma ideologia de direita reacionária, mas sim uma posição política dentro de um espectro político. Portanto, devemos nos aproximar das ideologias considerando os componentes que as constituem e sua organização interna, assim como observando quais funções sociais, culturais e políticas estão cumprindo e como são construídas e representadas no discurso.

Os movimentos de direita contemporâneos são marcados por uma reivindicação agressiva da família tradicional e da defesa de uma masculinidade caracterizada por traços belicistas, patriarcais, heteronormativos e racistas. Esses movimentos encontram aliados nos círculos ultraconservadores religiosos, capitalizando o pânico moral frente às mudanças sociais promovidas pelos movimentos feministas e LGBTQIA.

A ultradireita está recorrendo a estratégias narrativas de medo para construir pânicos morais com o objetivo de deslocar o eixo discursivo para a construção de bodes expiatórios do grupo social considerado imoral, como as pessoas trans por exemplo. Como indica Crossman (2019), o poder, e neste caso, os partidos políticos de ultradireita.

"se beneficiam dos pânicos morais, já que levam ao aumento do controle da população e ao reforço da autoridade daqueles no comando [...] a criação de um pânico moral pode dar causa para promulgar legislação e leis que pareceriam ilegítimas sem a ameaça percebida no centro do pânico moral" (2019: 9).

Nesse sentido, podemos utilizar o conceito de pânico moral, inicialmente desenvolvida por Cohen (1972), que considera que

sociedades parecem estar sujeitas, de tempos em tempos, a períodos de pânico moral. Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para se definir como uma ameaça aos valores e interesses da sociedade. (1972: 9).

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487

Na Europa, os partidos da direita radical estão realizando um processo de racialização do sexismo (FARRIS, 2021), ou seja, a tentativa desses partidos de promover políticas públicas racistas e xenófobas apelando à igualdade de gênero que, na realidade, indexa a proteção patriarcal das mulheres.

Esse caminho discursivo é realizado com a triangulação dos homens migrantes não ocidentais e os homens e mulheres nativos, assumindo uma série de molduras que (re)produzem a ordem de gênero e raça e que devem ser interpretadas sob a matriz nacionalista de suas políticas, pois, como afirma McClintock (1991), a construção das nações implicou na institucionalização da diferença de gênero, especialmente através da metáfora da família nuclear natural associada ao território nacional.

Explorando as raízes e manifestações dessa reação, podemos empregar diversas abordagens teóricas. O conceito de interseccionalidade, por exemplo, permite-nos compreender como as identidades de gênero, classe e raça se entrelaçam, moldando e sendo moldadas pelas dinâmicas patriarcais e reacionárias. De outro lado, a análise crítica do capitalismo neoliberal e suas relações de poder nos ajuda a compreender as raízes econômicas e estruturais desses movimentos.

Em resumo, pesquisas sobre a ascensão da direita radical não devem deixar de fora a interseção gênero/raça, fundamental para compreender este fenômeno pois esta permite observar como a repronormatividade e o nacionalismo patriarcal são (re)produzidos biopoliticamente. Essas categorias analíticas, juntamente com o contexto histórico brasileiro, no qual a invisibilização das práticas coloniais, da raça e do racismo desempenham um papel central na configuração do nacionalismo, contribuem para identificar como a junção de gênero e raça não pode ser entendida isoladamente, pois, para compreender a exclusão e a construção da alteridade precisamos de ambas as categorias.

Deve-se, portanto, incluir a interseção raça-gênero nas análises dessa conjuntura para destacar a perspectiva androcêntrica e a epistemologia colonial com as quais os partidos políticos de direita radical trabalham.

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487

A recomposição da agenda patriarcal destaca questões que pareciam em retrocesso, apresentando o modelo de masculinidade tradicional como vítima de injustiça. Essa narrativa, até então não explorada, emerge como uma estratégia de mobilização eficaz entre esses movimentos, ganhando adeptos e consolidando sua base de apoio.

Em um cenário político cada vez mais polarizado, é essencial compreender as nuances e dinâmicas desses movimentos de direita contemporâneos, para que através de uma análise crítica e uma ação coletiva seja possível enfrentar e neutralizar a influência desses movimentos, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Neste sentido, este artigo explora esses movimentos de reação, suas alianças políticas, sociais e religiosas, bem como os discursos de classe que mobilizam. Em foco estarão as defesas que se fazem das masculinidades mais tradicionais, bem como essa defesa serve para a construção de um novo modelo de "masculinidade injustiçada".

A construção majoritária do Homem macho, branco, adulto, que transforma as mulheres em minoria de gênero e os colonizados em minoria de raça, é um dispositivo estratégico que necessariamente se instala de forma simultânea nas colônias no novo mundo... (ALLIEZ, LAZZARATO, 2021, p.58)

Não à toa, esses discursos que ganham força, estabelecem a regra de submeter determinados conjuntos sociais, mulheres, negros, LGBTQIA+, a uma espécie de assujeitamento e dessubjetivação por meio do discurso de ódio e do pânico moral.

Qual é a força desses movimentos que operam na lógica do opressor - *o homo europeus*? Quais são seus campos de oportunidade em sociedades cada vez mais polarizadas? Até que ponto eles estão tendo sucesso? E, acima de tudo, como podemos combatê-los e curto-circuitar sua influência?

I - A REAÇÃO PATRIARCAL E SUAS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E RELIGIOSAS

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487

Nas últimas décadas, testemunhamos como as novas direitas deslocam as direitas tradicionais, capturando a agenda midiática, inundando as redes sociais e se estabelecendo nos governos e em nossas vidas cotidianas. Isso ocorre paralelamente à radicalização de fundamentalistas religiosos, com argumentos e estratégias de ação seculares. O gênero e a sexualidade, sua incessante produção e regulamentação, articulados com o racismo e o colonialismo, estão no centro da batalha, promovendo alianças inéditas.

O debate em torno dos temas de gênero e de sexualidade sempre foram presentes e objeto de disputas, no entanto, desde 1995 tem se intensificado o número de ataques em torno dessas agendas que disputam narrativas em torno da conquista, da ampliação e da manutenção de direitos, culminando a partir de 2013 num embate público contra o movimento feminista e LGBTQ+ inaugurando discursos fundantes da terminologia ideologia de gênero:

Desde 2013, na América Latina e na Europa, temos assistido a erupção de discursos e mobilizações políticas contra o conceito e a teoria de gênero. Na América Latina, essas cruzadas se organizam, fundamentalmente, em torno da categoria acusatória << ideologia de gênero>> (CORRÊA, 2018)⁵.

O estudo crítico dessas redes de radicalização das novas direitas neoliberais e a politização religiosa formaram um campo emergente de pesquisa feminista, onde os diálogos entre as Américas e a Europa se tornam cada vez mais próximos pois, apesar de suas diferentes localizações, temporalidades e histórias, já é evidente que estamos diante de um fenômeno transnacional que se expande e circula através de diferentes geografias, com retóricas e práticas semelhantes. Aqui optamos por pensar esse fenômeno como um "ecossistema político" (HOLMES, 2019). onde ocorrem relações simbióticas (embora também competitivas) onde alguns atores criam as condições para as intervenções de outros. Nesse ecossistema, o gênero opera como

-

⁵ Desde 2013, en América Latina y en Europa, hemos assistido a la erupción de discursos y mobilizaciones políticas contra el concepto y la teoría de género. En América Latina, esas cruzadas se organizan, fundamentalmente, en torno a la categoría acusatoria << ideologia de género>>...

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487 um instrumento que catalisa ansiedades em múltiplas frentes, disputando a ordem social precisamente no âmbito do sexo, do gênero e da sexualidade.

O gênero atua, como afirmam Grzebalska, Kováts e Pető (2017), como um adesivo simbólico que permite ajustar relações e ações envolvendo uma pluralidade de atores diversos, às vezes altamente organizados e hierarquizados. O gênero opera também por meio de significados, práticas e processos socioculturais mais difusos, diversos e rizomáticos, geralmente os que ocorrem nas redes sociais.

A relação entre gênero, patriarcado nesse ecossistema é intrincada e revela como as estruturas de poder social se manifestam em diferentes aspectos da vida. Aqui estão algumas considerações teóricas sobre essa relação:

Gênero como construção social não se limita à biologia, mas é principalmente uma construção social que atribui significados, papéis e expectativas diferentes para homens e mulheres na sociedade. O patriarcado, como sistema de dominação baseado no poder dos homens sobre as mulheres, desempenha um papel central nessa construção, definindo rigidamente os papéis de gênero. No contexto patriarcal, os homens frequentemente ocupam posições de poder e autoridade, enquanto as mulheres são subordinadas, com acesso limitado ao poder e aos recursos.

O "ecossistema reacionário" surge como uma resposta às mudanças sociais que desafiam as estruturas de poder tradicionais. Este ecossistema inclui ideologias, práticas e instituições que buscam manter ou restaurar o status quo patriarcal. Movimentos conservadores e reacionários fazem parte desse sistema, promovendo a manutenção das estruturas de poder existentes e resistindo aos avanços em direção à igualdade de gênero.

O patriarcado e o ecossistema reacionário frequentemente se unem na resistência às mudanças nos papéis de gênero e na distribuição de poder na sociedade. Por exemplo, movimentos conservadores podem se opor a políticas que promovem a igualdade de gênero, como leis de proteção contra a violência doméstica, direitos reprodutivos das mulheres e igualdade salarial. Isso ocorre porque

DOI: https://doi.org/10.23925/ 1982-4807.2024i35e66487 tais mudanças representam uma ameaça ao controle sobre as mulheres e ao status quo patriarcal.

Esses processos nem sempre revelam sua estrutura hierárquica, proliferando impulsionados por atores com diversas formas organizacionais e recursos variados. Ao lado dessas estruturas ou em torno delas, uma miríade de organizações, fundações e campanhas podem surgir, aliando-se às primeiras e obscurecendo suas filiações em constelações difíceis de entender. Os elementos díspares e o tipo de relações dentro desse ecossistema não são um dado inicial, mas moldam, justamente, perguntas e hipóteses de pesquisa em contextos interconectados.

Pode-se dizer que a nova onda conservadora tende a reforçar e perpetuar as desigualdades sociais existentes relacionadas à classe, raça e gênero, promovendo políticas e ideologias que privilegiam certos grupos em detrimento de outros. A análise dessas questões a partir de uma perspectiva interseccional é crucial para entender como essas formas de opressão se entrelaçam e se reforçam mutuamente.

Deve-se ressaltar que a relação entre a nova onda conservadora e as questões de classe, raça e gênero é complexa e multifacetada e é preciso lançar mão de algumas análises teóricas que podem ajudar a entender essa relação. Primeiramente, o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, sugere que as experiências individuais de opressão e privilégio são moldadas por uma interação complexa de identidades, como raça, classe e gênero. A nova onda conservadora muitas vezes busca preservar e fortalecer estruturas de poder que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. Por exemplo, políticas conservadoras relacionadas à economia podem desproporcionalmente prejudicar grupos marginalizados, como mulheres e pessoas de minorias étnicas.

Além disso, o conservadorismo frequentemente defende uma visão tradicional das relações de gênero, reforçando o patriarcado e a subordinação das mulheres. Isso pode impactar questões de classe e raça, pois mulheres de classes socioeconômicas mais baixas e mulheres de minorias étnicas podem enfrentar múltiplas formas de opressão devido à interseção de gênero, classe e raça.

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487

Outro aspecto relevante é a associação do conservadorismo a políticas econômicas que favorecem os interesses das elites econômicas e empresariais. Isso pode ampliar as disparidades de classe, já que as políticas conservadoras frequentemente resultam em cortes de programas sociais e em uma distribuição desigual de recursos, afetando desproporcionalmente as comunidades de baixa renda e as minorias étnicas, exacerbando as disparidades sociais.

Além disso, o conservadorismo muitas vezes perpetua e fortalece estruturas de racismo sistêmico, como políticas de imigração restritivas, encarceramento em massa e discriminação racial, tendo impactos devastadores em comunidades de minorias étnicas e contribuindo para a reprodução das desigualdades de classe, raça e gênero.

II - Gênero, patriarcado e o ecossistema reacionário.

O ecossistema reacionário deve ser analisado em suas diferentes dimensões, analisando as relações e configurações que ocorrem entre seus componentes e seu contexto específico como partidos políticos, as chamadas campanhas "anti-gênero" e instituições religiosas (CABEZAS FERÁNDEZ E VEGA SÓLIS, 2022). Um ecossistema político não heterogêneo, onde coexistem forças políticas, a politização religiosa como incentivo a movimentos fundamentalistas, as redes e a mídia. Operando significados e práticas autoritárias, especificamente em relação ao gênero e à sexualidade, e em sua articulação com o racismo produzem tensões em diversos aspectos da vida social, que devem ser compreendidos como uma reação patriarcal.

A emergência do novo sujeito do patriarcado no contexto neoliberal, neoconservador e da ascensão da extrema-direita é um fenômeno complexo que reflete mudanças sociais, políticas e econômicas significativas. Para compreender essa dinâmica, é crucial examinar as características e implicações desse sujeito patriarcal emergente, bem como sua relação com os movimentos políticos e ideológicos contemporâneos.

O novo sujeito do patriarcado é moldado pelas ideologias e práticas do neoliberalismo, neoconservadorismo e da extrema-direita, que compartilham certas

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487 características e objetivos em relação à manutenção e reforço das estruturas de poder patriarcais. No contexto neoliberal, que enfatiza o livre mercado, a competição e o individualismo, o sujeito patriarcal é frequentemente associado à defesa da família tradicional, da autoridade masculina e da divisão tradicional de papéis de gênero. Essa visão patriarcal é promovida por políticas que enfraquecem o apoio do Estado aos direitos das mulheres, como cortes em programas sociais e ataques aos direitos reprodutivos.

Por outro lado, o neoconservadorismo, que combina elementos do conservadorismo social e político com uma postura intervencionista em questões de segurança nacional e política externa, também contribui para a consolidação do sujeito patriarcal. O neoconservadorismo muitas vezes defende uma visão hierárquica e autoritária da sociedade, na qual os valores tradicionais são privilegiados e a dissidência é reprimida. Nesse contexto, a subordinação das mulheres e a reafirmação dos papéis de gênero tradicionais são vistos como essenciais para a manutenção da ordem social e moral.

A ascensão da extrema-direita, por sua vez, tem sido acompanhada por uma retórica e práticas patriarcais ainda mais explícitas e agressivas. Movimentos e líderes extremistas frequentemente promovem ideias de supremacia masculina, misoginia e controle sobre o corpo das mulheres. A violência de gênero e o discurso de ódio direcionado às mulheres são frequentemente usados como ferramentas para promover uma agenda política autoritária e excludente.

No cerne dessas ideologias e práticas está a reafirmação e legitimação do poder masculino sobre as mulheres, assim como a manutenção das hierarquias de gênero e das estruturas patriarcais de dominação. O novo sujeito do patriarcado é, portanto, um produto e um agente dessas ideologias e movimentos políticos, que buscam preservar e reforçar as relações de poder patriarcais em face de desafios e mudanças sociais.

Diante desse contexto, é crucial que o feminismo e outros movimentos progressistas continuem a resistir e confrontar o novo sujeito do patriarcado e suas ideologias opressivas. Isso requer uma abordagem multifacetada que inclua a

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487 mobilização política, a conscientização pública, a defesa dos direitos das mulheres e o combate à desigualdade de gênero em todas as suas formas. A luta contra o patriarcado e suas manifestações contemporâneas exige uma ação coletiva e persistente, visando a transformação das estruturas sociais e políticas que sustentam a opressão de gênero.

II - NOVAS ESFERAS DO ANTIFEMINISMO, ESPAÇOS DIGITAIS DE UM CONTRA MOVIMENTO.

As novas esferas do antifeminismo têm emergido em resposta aos avanços significativos do movimento feminista nas últimas décadas. Esses espaços, muitas vezes encontrados nas plataformas digitais, representam um contramovimento que busca desafiar e minar as conquistas e os objetivos do feminismo. Para entender melhor essa dinâmica, é importante analisar as características e implicações dessas novas esferas antifeministas, bem como o papel dos espaços digitais nesse contexto.

Uma das principais características das novas esferas do antifeminismo é a sua diversidade e fragmentação. Esses espaços abrangem desde comunidades online, como fóruns de discussão e redes sociais, até blogs, vídeos no YouTube e podcasts. Essa diversidade reflete a natureza descentralizada e fluida do antifeminismo contemporâneo, que pode se manifestar de diferentes maneiras e adotar uma variedade de discursos e estratégias.

Além disso, as novas esferas do antifeminismo frequentemente se baseiam em narrativas de reação e ressentimento em relação aos avanços do feminismo. Muitos desses espaços promovem uma visão distorcida e simplificada do feminismo, retratando-o como uma ideologia radical e divisiva que ameaça os valores tradicionais e a estabilidade social. Essa narrativa, por sua vez, alimenta sentimentos de hostilidade e antagonismo em relação ao feminismo, atraindo aqueles que se sentem ameaçados ou alienados pelos seus princípios e demandas.

Os espaços digitais desempenham um papel fundamental na disseminação e legitimação do antifeminismo contemporâneo. A internet oferece uma plataforma acessível e global para a expressão de pontos de vista antifeministas, permitindo que

DOI: https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i35e66487 indivíduos e grupos compartilhem conteúdo, troquem informações e formem comunidades em torno de suas crenças. Além disso, as redes sociais e os algoritmos de recomendação muitas vezes amplificam e reforçam essas mensagens, criando

bolhas de filtro onde visões extremas e polarizadas podem prosperar sem oposição

significativa.

No entanto, é importante reconhecer que as novas esferas do antifeminismo não representam um fenômeno monolítico ou homogêneo. Assim como o feminismo, o antifeminismo é um campo diverso e multifacetado, composto por uma variedade de vozes e perspectivas. Nem todos os críticos do feminismo se identificam como antifeministas, e muitos contestam aspectos específicos do movimento sem rejeitar seus princípios fundamentais.

Em última análise, a ascensão das novas esferas do antifeminismo destaca os desafios contínuos enfrentados pelo movimento feminista na luta pela igualdade de gênero. Embora a internet tenha proporcionado novas oportunidades para a mobilização e a organização feministas, também criou um espaço para a proliferação de discursos antifeministas e contramovimentos. Para enfrentar esses desafios, é essencial que o feminismo continue a adaptar suas estratégias e táticas para enfrentar as novas formas de oposição e resistência que surgem nas esferas digitais e além.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Alliez, Éric; Lazzarato. **Guerras e Capital**. Tradução: Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ubu, 2021.

Cabeza Fernández, M. et al. *La Reacción patriarcal: neoliberalismo autoritario, politización religiosa y nuevas derechas*. Madrid: Bellaterra Edicions (Cultura21, SCCL), 2022.

CORRÊA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. **Cadernos Pagu,** n. 53, jun. 2018.

Laclau, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

DOI: https://doi.org/10.23925/ 1982-4807.2024i35e66487 Mudde, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. **Cambridge: Cambridge University Press**, 2007.

Paternotte, D.; Kuhar, R. "Gender ideology" in movement. In: Kuhar, R.; Paternotte, D. (Eds.). *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality*. New York, London: Rowman & Littlefield International, 2017. p. 1-22.

Paternotte, D.; Kuhar, R. The anti-gender movement in comparative perspective. In: Kuhar, R.; Paternotte, D. (Eds.). *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality*. New York, London: Rowman & Littlefield International, 2017. p. 253-276.

Submissão: 2024-04-30

Aprovado: 2024-08-21